

“Sistema definitivo da conversão da dívida já está maduro no BC”

por Fernando Canzian
de São Paulo

O diretor da Área Externa do Banco Central (BC), Carlos Eduardo de Freitas, disse, na sexta-feira, que o governo pretende converter parcelas da dívida externa em financiamento ao setor exportador logo após a concretização das normas que deverão reger a conversão da dívida em investimentos de risco. Estas normas deverão estar prontas antes do final deste ano, segundo informou Mafíson da Nóbrega, secretário-geral do Ministério da Fazenda.

O sistema de conversão de dívida, incluindo principal e juros, em financiamento às exportações, já está maduro no BC. Freitas disse que empresas exportadoras, principalmente de bens de capital sob encomenda — onde existe capacidade produtiva ociosa —, poderão exportar através de financiamentos gerados na conversão.

Os bancos credores que participariam da operação recolherão para si parte dos recursos gerados na exportação, e o BC reembolsará o exportador em 100%. Desta forma, o governo amortizaria aos poucos os compromissos da dívida com os credores.

O diretor da Área Externa do BC foi vago na exposição dos mecanismos que regerão a conversão da dívida em investimentos, e não especificou o montante em conversão que será permitido anualmente. “De US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões nem pensar. Talvez nem US\$ 2 bilhões seja viável.” Freitas afirmou que o maior obstáculo que está sendo enfrentado para a elaboração do esquema de conversão é o perigo de



Carlos Eduardo
de Freitas

uma forte expansão da base monetária, já que para a conversão da dívida em investimentos o governo terá de emitir os cruzados equivalentes ao capital externo investido.

O montante a ser convertido, segundo ele, vai depender dos planos e programas do governo para a contenção do montante de dinheiro em circulação. Freitas não descartou a hipótese de o governo ter que cortar outros fatores expansionistas, como os créditos agrícolas e recursos subsidiados para evitar a expansão e um aumento da dívida pública, pois para contrair a base monetária o BC teria que emitir mais Letras do Banco Central (LBC) a juros maiores.

Segundo ele, o BC ainda não definiu se os candidatos à conversão terão de entrar em leilões ou filas com deságios previamente fixados para converter seus créditos, “mas as duas hipóteses poderão ser adotadas”. Segundo ele, será fixado periodicamente um teto para converter uma parcela da dívida, com li-

mites mínimos e máximos para a aplicação dos deságios, “de forma a evitar conluios (negociações prévias) entre os interessados”.

Freitas disse que o BC ainda não definiu a parcela de conversão que será dirigida ao setor público e para o setor privado, mas que há, para o setor público, a tendência de converter a dívida não em investimento, mas em poupança (através da renda de ações preferenciais de estatais aos credores) que não implicaria expansão da base monetária e seria uma forma de saneamento das estatais. A dívida externa do setor público com os bancos comerciais, segundo Freitas, é de US\$ 53 bilhões, e a do setor privado, de US\$ 9 bilhões. “Mas o projeto não está amarrado à privatização das estatais”, disse.

Afirmando que a conversão não fará parte do projeto de renegociação da dívida, e que está descartada a hipótese de desnacionalização da economia, o diretor da Área Externa do BC disse que não há definição até o momento do montante ou período de carência que os credores terão de esperar para remeter ao exterior os dividendos dos investimentos realizados pela conversão, mas adiantou que “a saída total do capital dependerá de quem, posteriormente, quiser comprar o investimento”.

Freitas disse também que está afastada a exigência de “dinheiro novo” dirigido ao Brasil para viabilizar a conversão, “embora já tenhamos propostas de US\$ 500 milhões para viabilizar o programa”.

Ele disse que durante este ano, até o dia 20 de julho, o BC, quando breocar as

propostas de conversão, já recebeu intenções para a conversão de US\$ 370 milhões, e que deste montante US\$ 250 bilhões começarão a ser liberados na próxima semana, mas não dentro do esquema que está sendo preparado.

Freitas frisou que o Brasil é recordista, “ao contrário do que se pensa”, em volume de créditos já convertidos. “Até hoje o Brasil já internou US\$ 4 bilhões por meio de conversões, enquanto os demais países que implantaram o projeto não fizeram nem a metade disto”, isoladamente.

O diretor do BC disse que, entre 1982 e 1984, o governo proporcionou incentivos fiscais, reduzindo o Imposto de Renda em 10%, para as empresas que realizassem conversões, além de ter dado um deságio de até 12% para a transformação dos créditos em investimento, “gerando uma avalanche de conversões (US\$ 2,1 bilhões)”. Após este período, segundo Freitas, o governo ficou preocupado, pois as conversões fizeram com que diminuísse o fluxo de entrada de dinheiro novo no País, e cortou as vantagens, “temendo prejudicar o fluxo de caixa”.

A partir daí, o governo permitiu apenas que os próprios credores fizessem conversões, e não por meio da venda de seus créditos a outros investidores, e durante 1985 e 1986 apenas US\$ 400 milhões ingressaram no País por meio de conversões.

A partir deste ano, porém, a moratória dos juros e a desvalorização (aumento do deságio) da dívida atraíram ainda mais os credores a realizarem conversões, e o governo a aproveitar-se disto para realizar investimentos.